

## Senado corta passagens aéreas e amplia divulgação de verba

O 1º secretário, Heráclito Fortes, anuncia decisão de cortar 25% nas despesas com bilhetes aéreos e divulgar prestação de contas da verba indenizatória na internet, com veiculação das notas fiscais até 90 dias após gastos

A Comissão Diretora aprovou ontem uma série de medidas para oferecer maior transparência na divulgação de seus gastos à sociedade. Em relação às passagens aéreas, foram mantidos apenas cinco bilhetes mensais a que cada parlamentar tem direito, e esses trechos ficarão restritos à ligação entre Brasília e a capital do estado de origem do senador. Os parlamentares ficarão impedidos, no uso da verba indenizatória, de apresentar notas fiscais de empresas de parentes para justificar esses gastos. Também ontem, o vice-presidente do Senado, Marconi Perillo, apresentou sugestões para mudanças administrativas e José Nery defendeu seleção pública para estágios na Casa. **3**



Jane Araújo

Sarney (C) preside reunião; a seu lado, Mão Santa (E), Marconi Perillo, Heráclito Fortes, Gerson Camata e Adelmir Santana

## Regras para implantação de eclusas são aprovadas

A construção de eclusas – que permitem a subida e a descida de embarcações em desníveis de rios – pode ser regulamentada,

conforme proposta aprovada pela Comissão de Infraestrutura. O projeto foi definido pelos senadores do colegiado como fundamental

para o escoamento da produção por hidrovias, que apresentam custo menor do que as modalidades convencionais de transporte. **8**



J. Freitas



J. Freitas

Os integrantes da Comissão de Infraestrutura discutem o projeto de Eliseu Resende (à dir. na segunda foto, ao lado de Fernando Collor): em defesa da redução dos custos para transportar a produção nacional

### Avanço da dengue é grave, reconhece ministério

Em audiência na Comissão de Assuntos Sociais, o coordenador do Programa Nacional de Controle da Dengue do Ministério da Saúde, Giovanini Coelho, reconheceu ser grave o avanço da doença. Já foram notificados 140 mil casos no país, 32% deles na Bahia. **5**

### Marina Silva aponta tentativa de desmonte das leis ambientais

Marina Silva denunciou tentativa de desmonte da legislação ambiental comandada pelos que defendem a continuidade de um “modelo suicida” de produção. Ex-ministra do Meio Ambiente, ela citou autoridades do governo que buscam “um novo diagnóstico” ambiental que aponta a atividade econômica como vítima do excesso de proteção, e não causadora da degradação. **6**



Marina acusa autoridades de buscar “novo diagnóstico” ambiental

Foto de Gerolamo Magella

### Roseana assume hoje o governo do Maranhão

A senadora Roseana Sarney assume hoje, às 11h, o cargo de governadora do Maranhão. A posse ocorre após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter rejeitado os recursos contra a cassação de diploma do governador Jackson Lago e de seu vice. **3**



Em audiência pública, debatedores concordam com proposta do governo, mas discordam sobre forma a ser adotada para evitar sentenças divergentes no exame de casos idênticos

## Uniformização das decisões de juizados especiais no país

A NECESSIDADE DE uniformizar a interpretação de leis federais, com a finalidade de gerar princípios para aplicação comuns nos juizados especiais de todo país, foi reconhecida pelos debatedores que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Eles apresentaram, no entanto, diferentes soluções quanto à forma de se chegar a esse objetivo, apontado como uma exigência para evitar que os juizados especiais continuem decretando sentenças divergentes no exame de causas idênticas apresentadas pela população.

O debate serviu para instruir o exame de projeto (PLC 16/07) do Executivo que trata da uniformização. Já aprovado pela Câmara dos Deputados, o texto institui nos juizados especiais uma nova espécie de recurso – o incidente processual. Com base nele, a parte prejudicada, em decisão que contrarie súmula ou jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), poderá provocar essa corte para resolver a divergência.

Pelo projeto, o STJ poderá ser também acionado quando as turmas recursais de diferentes estados, instância final de apelação das decisões dos

juizados especiais, estiverem em desacordo com súmula ou jurisprudência. Se a divergência de interpretação da lei envolver matéria constitucional, as partes podem até mesmo levar a questão ao Supremo Tribunal Federal (STF).

### Pacto Republicano

O ministro Gilson Dipp, do STJ, reconheceu que o tribunal não estaria preparado para uma demanda adicional de processos. Contudo, observou que os Tribunais Especiais Federais já praticam a uniformização da jurisprudência e que o mesmo deve acontecer no plano dos juizados especiais. Essa questão é tão importante que, lembrou, foi incluída no chamado Pacto Republicano, firmado na semana passada entre os presidentes dos três Poderes, com a finalidade de produzir reformas essenciais na legislação do país.

Já o ministro Hamilton Carvalhido, também do STJ, sugeriu que os próprios tribunais estaduais de Justiça decidam sobre as divergências, levando em conta a jurisprudência do STJ. Apontado como o maior responsável pela instituição da lei que criou os juizados especiais no Brasil, o desembargador aposentado José Fernandes

Filho, de Minas Gerais, condena a instituição de órgão vinculado ao Conselho Nacional de Justiça ou aos tribunais de Justiça dos estados, com essa finalidade. Entre outras razões, mencionou a complexidade de ritos nas demais estruturas do Judiciário, com prejuízo para a velocidade dos processos e para o acesso das pessoas simples.

### Texto alternativo

No final da audiência pública, o relator do projeto, senador Valter Pereira (PMDB-MS), anunciou que vai pedir na próxima reunião da CCJ a retirada de pauta da matéria. A sua intenção é tentar um acordo para a elaboração de um substitutivo. Por entender que o texto em discussão pode dar margem ao engessamento das decisões no âmbito dos juizados especiais, ele já ofereceu parecer contrário à proposição.

Na semana passada, o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) apresentou relatório em separado, pela aprovação, mas com mudanças que limitam as possibilidades de recurso ao STJ. Os dois senadores decidiram então apresentar requerimentos para a realização da audiência que ocorreu ontem, visando melhor discussão da matéria.



Wellington Salgado (C), entre ministros de tribunais, desembargadores e juristas, dirige debate na Comissão de Justiça

## Subsecretário admite a elaboração de novo texto

Durante audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o projeto que, entre outras medidas, altera o funcionamento dos juizados especiais, Roger Lorenzoni, subsecretário da Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça, admitiu que a proposta “necessita de correções”. O debate teve como objetivo orientar os senadores na votação da proposta (PLC 16/07), de autoria do Poder Executivo.

Roger Lorenzoni defendeu a elaboração de um novo texto, no qual seja garantida a preservação do atual modelo dos juizados especiais de pequenas causas que, observou, vem prestando, de forma rápida, relevantes serviços às comunidades.

Na prática, o projeto permite que as partes recorram da deci-

são adotada pelos juizados especiais junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Atualmente, a última decisão cabe às turmas recursais, que funcionam no âmbito de cada juizado especial.

O senador Valter Pereira (PMDB-MS), relator, é contrário à aprovação do projeto, por entender que ele suprime três qualidades que caracterizam os juizados especiais: a celeridade, a informalidade e a economia processual. Além disso, observou, o projeto, caso venha a ser transformado em lei, congestionaria ainda mais o Supremo Tribunal Federal (STF).

– Na verdade, a aprovação da proposta só atenderia aos litigantes habituais, em especial às instituições financeiras e grandes empresas que dispõem de estrutura para se valer de recursos e mais recursos, muitas

vezes para retardar a entrega da prestação jurisdicional – garantiu Valter Pereira, lembrando que os juizados especiais foram criados para atender o cidadão comum.

O vice-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Vladimir Rossi Lourenço, condenou o que chamou de uniformização da jurisprudência na forma proposta pelo projeto. Para ele, não se pode estabelecer uma uniformização de interpretação de cada juiz.

O juiz Flávio Fernando Almeida da Fonseca, do Distrito Federal, informou que os juizados especiais respondem por cerca de 40% a 50% da demanda judicial em todo país. E disse que o projeto, como está, colocaria um ponto final na proposta que deu origem a esses juizados, em detrimento do cidadão comum.

## Sarney receberá na quarta-feira anteprojeto de reforma do CPP

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) anunciou em discurso que a Comissão Externa de Juristas entregará ao presidente do Senado, José Sarney, na quarta-feira, às 11h, a primeira versão do anteprojeto para revisão do Código de Processo Penal.

– Levaremos mais alguns dias até a versão final, porque o anteprojeto ainda vai à consulta pública. É fundamental o debate do CPP neste momento, que é hoje muito mais um instrumento de impunidade, e não de justiça – disse o senador.

Editado por decreto-lei, o atual código data de outubro de 1941, e durante todo esse período sofreu apenas alterações pontuais. A proposta da comissão é de reformulação total do instrumento jurídico, acrescentou Casagrande.

Entre as mudanças sugeridas, salientou, há a permissão para que apenas um recurso seja feito em cada instância do Poder Judiciário. O parlamentar lembrou que hoje um bom advogado leva os processos “ao limite do infinito” com inúmeros recursos.

O senador citou ainda números divulgados pela imprensa



Casagrande cita dados sobre crimes e defende a rapidez nos processos

com o mapa do crime no Brasil. Os estados mais violentos do país são Alagoas, com 66,6 homicídios por 100 mil habitantes; Espírito Santo, com 56; Pernambuco, com 51,6; e Rio de Janeiro, com 45,1 homicídios por 100 mil habitantes. A população brasileira, de 1995 a 2005, cresceu 19,6%, enquanto a carcerária elevou-se em mais de 100%, e o padrão se repete em todo o mundo. Por isso, Casagrande defendeu a necessidade de reforma do Código de Processo Penal.

– Processos precisam ser mais rápidos, para que se dê uma alternativa que não seja só a prisão ou a liberdade – argumentou o parlamentar.

## Malta relata apoio obtido nos EUA para combate à pedofilia

Magno Malta (PR-ES) comemorou na tribuna os resultados da recente viagem que fez aos Estados Unidos como presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia. Também participaram da viagem assessores da CPI, representantes do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, além de dois juizes e representante da ONG Safernet Brasil.

O senador informou ter participado do Fórum para Líderes de Governo-Américas, bem como de encontro com os dirigentes da empresa Microsoft Corporation, os quais, de acordo com Magno Malta, concordaram em assinar termo de cooperação com a CPI. A comitiva também visitou a sede da Google em San Francisco, na Califórnia, e a Interpol.

Magno Malta mencionou ainda visita ao Federal Bureau of Investigation (FBI), a polícia federal norte-americana, onde conheceu técnicas de combate ao crime, inclusive na preparação dos agentes.

O senador comentou encon-



“Os dias dos pedófilos estão contados”, diz Magno Malta

tro em Washington com o congressista Christopher Smith, autor do projeto que levou à criação de um banco de dados sobre pedófilos, considerado importante instrumento de combate à pedofilia. Malta disse que o Brasil deve adotar estratégia semelhante.

– Pedófilos desgraçados! Os dias de vocês estão contados! – alertou Magno Malta, agradecendo o apoio recebido pela CPI em todo o Brasil. Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou o pronunciamento do colega e elogiou as atividades da CPI da Pedofilia.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão, às 9h, é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e leitura de expediente. Entre os inscritos, estão os senadores João Durval (PDT-BA), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heráclito Fortes (DEM-PI).





Moradores de Minaçu fazem manifestação em frente ao Congresso Nacional

## “Uso seguro” do amianto recebe apoio de parlamentares goianos

Marconi Perillo (PSDB-GO) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) manifestaram apoio à continuidade da exploração e do uso seguro do amianto no país. Os parlamentares participaram de reunião, realizada ontem no Auditório Petrônio Portela, no Senado, que contou com a participação de representantes da bancada federal de Goiás e de cerca de 3,8 mil pessoas da cidade goiana de Minaçu, localidade onde há mina de amianto. Antes, houve manifestação em frente ao Congresso.

O senador reiterou seu apoio à causa, que disse acompanhar desde a época em que era

deputado estadual. Informou ter conhecimento de pesquisa realizada por universidades públicas que atestam resultados positivos quanto ao uso seguro do amianto. Na sua opinião, o movimento contra o amianto tem ligação com o uso do PVC e de fibras alternativas. Marconi acha que o banimento do produto (PLC 30/09) não passa no Congresso.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que se esforçará para garantir a preservação do uso do amianto no país, pois está convencida que o produto não prejudica a saúde da população e que pode ter uso seguro.

## Senadores homenageiam João Santos, empresário nordestino

Gerson Camata (PMDB-ES) comunicou ontem ao Plenário o falecimento do empresário João Pereira Santos, fundador do Grupo João Santos, conglomerado empresarial das áreas sucroalcooleira, de cimento e de comunicação. Ele faleceu na noite da quarta-feira, aos 101 anos, no Recife. O senador destacou que entre as empresas fundadas pelo empreendedor, nascido na Paraíba, estão a Cimento Nassau – uma das maiores indústrias cimenteiras do país –, jornais, rádios e emissoras de TV.

– Foi um grande empresário, pioneiro na industrialização da região Nordeste – observou Camata.

Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que João Santos era formado em Ciências Econômicas. Em seguida, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ressaltou que o empresário

ajudou a criar milhares de empregos no Nordeste. Renato Casagrande (PSB-ES) acrescentou que o Grupo João Santos tem grande importância no Espírito Santo. O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que João Santos deixa uma obra extraordinária. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que o empresário foi um menino pobre que “chegou a construir um império”.

Marco Maciel (DEM-PE) salientou que ele foi “sempre fiel à sua terra e ao seu povo”. Heráclito Fortes (DEM-PI) registrou que João Santos tentou se aposentar quando completou 80 anos, mas não teria se adaptado à ociosidade.

Foi aprovado requerimento, assinado por diversos senadores, pedindo voto de pesar pela morte de João Santos.

## Roseana Sarney assume hoje governo do estado do Maranhão

A senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) assume hoje, às 11h, o cargo de governadora do Maranhão. A posse ocorre após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter rejeitado ontem os recursos contra a cassação de diploma do governador Jackson Lago e também do seu vice, Luiz Carlos Porto. No mérito, a cassação já tinha sido determinada pelo tribunal no início de março, por denúncias de abuso do poder econômico nas eleições de 2006.

O mandato de Roseana Sarney terminaria somente no dia 31 de janeiro de 2011, quando



O mandato de Roseana no Senado terminaria apenas em janeiro de 2011

será encerrada a 53ª Legislatura. São suplentes da senadora Mauro Fecury (primeiro) e Ildon Marques (segundo).

Despesas com bilhetes aéreos têm redução de 25% e prestação de contas da verba indenizatória será divulgada na internet com veiculação de notas fiscais em até 90 dias

# Senado corta passagens e amplia divulgação de verba

EM BUSCA DE maior transparência na divulgação de seus gastos à sociedade, o Senado Federal decidiu ontem promover mudanças no uso de créditos de passagens aéreas e de verba indenizatória pelos parlamentares. Inicialmente, ficou definido que as despesas com bilhetes aéreos sofrerão um corte de 25%, sendo reduzidas de R\$ 1,3 milhão para R\$ 975 mil por mês. Além de passar a ser acompanhada pela Secretaria de Controle Interno, a prestação de contas da verba indenizatória será divulgada na página do Senado na internet, com a veiculação das respectivas notas fiscais até 90 dias após a realização dos gastos.

O anúncio dessas medidas foi feito pelo 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), logo após reunião da Comissão Diretora, que decidiu consensualmente pela adoção das novas regras. Ainda em relação às pas-

sagens aéreas, foram mantidos os cinco bilhetes mensais a que cada parlamentar tem direito. A novidade é que esses trechos ficarão restritos à ligação entre Brasília e a capital do estado de origem do senador. Foi abolido o direito, até então existente, de duas outras passagens mensais: uma de Brasília ao Rio de Janeiro e outra de Brasília à capital do estado do parlamentar, passando pelo Rio de Janeiro.

Outra mudança é a perda do direito a passagens aéreas extras por líderes partidários e membros da Comissão Diretora. Quanto ao uso dos bilhetes, poderá ser feito pelo senador, por seu cônjuge e filhos ou por assessor por ele indicado no exercício de função parlamentar. Os três senadores do Distrito Federal receberão créditos aéreos equivalentes aos dos representantes de Goiás. Antes, essa verba era calculada pelo trecho Brasília-Rio de Janeiro

-Brasília.

Segundo Heráclito, tanto o crédito de passagens quanto a verba indenizatória poderão ser usados para o fretamento de aeronaves de pequeno porte e de barcos dentro do estado representado pelo parlamentar.

Os senadores ficarão impedidos, no uso da verba indenizatória, de apresentar notas fiscais de empresas de sua família ou de parentes para justificar gastos. Heráclito admitiu que novos ajustes poderão ser feitos nesses dois mecanismos e adiantou que a punição para quem descumprir as regras será responder perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

A Comissão Diretora também discutiu limites ao credenciamento de autoridades para acesso ao Senado, à entrada de assessores na área do Plenário e à circulação no espaço do “cafézinho”, que deverá ficar restrita a jornalistas e senadores.

## Marconi faz sugestões para reforma administrativa

O 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), encaminhou ao 1º secretário, Heráclito Fortes, uma nota técnica com sugestões para mudanças administrativas na Casa. A nota engloba temas como a administração de pessoal, a gestão de contratos e licitações e o acompanhamento da auditoria que está sendo feita na Casa pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Marconi propõe o estabelecimento de um novo plano de cargos e salários, elaborado a partir da reformulação do organograma administrativo. Ele acha que as funções comis-



Marconi propõe novas regras para gestão de contratos e licitações

sionadas da área administrativa devem ser reservadas a servidores concursados do Senado. Já os cargos de direção teriam como

complemento de remuneração uma “função gratificada”.

O senador sugere que sejam instituídas comissões permanentes de licitação, integradas por servidores efetivos com mandato de um ano, renovável por mais um. E aponta a necessidade de exame dos atos administrativos pelo órgão de controle interno, que teria que dar máxima transparência ao TCU.

Para dar mais agilidade e segurança à gestão de contratos e licitações, ele propõe a instalação de sistemas como Aquisiflow e Compras Net-Siasg, além da adesão ao Gespública, entre outros pontos.

## Virgílio protesta contra atitude da Polícia Legislativa

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), protestou contra a atitude de membros da Polícia Legislativa do Senado que teriam impedido um repórter-fotográfico do jornal *O Estado de S. Paulo* de registrar a presença do ex-diretor-geral Agaciel Maia na Casa. Virgílio disse que Agaciel continua funcionário do Senado e tem o direito de locomover-se livremente pelas dependências da Casa, mas observou que o repórter-fotográfico é credenciado para prestar serviço no Legislativo, não podendo ser impedido de cumprir suas obrigações profissionais.

– Ele [Agaciel] não pode ser constrangido no seu direito de ir e vir e o repórter não pode ser impedido de fazer o seu trabalho. Não vejo delito na pessoa que tem a liberdade assegurada, e muito menos é delituoso o repórter fotografar. Somos pessoas públicas.

## José Nery quer seleção pública para os estágios no Senado

O senador José Nery (PSOL-PA) comunicou ao Plenário que apresentou projeto de resolução que prevê a realização de uma seleção pública para escolha dos estudantes que querem fazer estágio no Senado. Ele pediu ao presidente da Casa, José Sarney, apoio para que sua proposta seja examinada pela Mesa e, posteriormente, pelo Plenário.

José Nery disse que sua proposta pode integrar o rol de medidas de moralização que vêm sendo adotadas pela atual Mesa do Senado. Para ele, trata-se de uma providência que vai tornar mais transparentes os trabalhos da Casa, impedindo “apadrinhamentos de quem quer que seja na indicação de estagiários”.

### Semana Santa

O senador apresentou ainda requerimento com voto de aplauso à Associação Teatral



José Nery diz que sua proposta pode integrar medidas de moralização

Chama, de Barcarena (PA), que vem realizando anualmente, na Semana Santa, a apresentação Paixão de Cristo, Paixão do Povo. A última foi acompanhada por cerca de 5 mil pessoas. José Nery informou que o grupo, com mais de 200 pessoas, tem o reconhecimento dos paraenses por também promover um trabalho de inclusão social de jovens, usando para isso o teatro.



### Valadares elogia atuação da Alcântara Space

“Nada mais natural que esses gastos tenham sido feitos”, disse Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) – foto – ao comentar notícia do *Correio Braziliense* do dia 11 de que a binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) havia gasto R\$ 1,2 milhão em viagens, incluindo diárias e passagens, desde sua criação. Dirigida por Roberto Amaral, vice-presidente do PSB, a empresa é fruto de um acordo entre o Brasil e a Ucrânia, com investimento inicial de US\$ 105 milhões. Pelo acordo, cabe à Ucrânia desenvolver foguetes e, ao Brasil, proporcionar a infraestrutura necessária para os lançamentos a partir da base de Alcântara, no estado do Maranhão.



Genildo Magalhães

### Campanha pelo fim da violência contra a mulher

Serys Silhessarenko (PT-MT) chamou a atenção, em discurso, para a importância de campanha mundial pelo fim da violência contra as mulheres, organizada pela Via Campesina, movimento que congrega trabalhadores rurais, pequenos e médios produtores do campo, trabalhadores sem-terra e indígenas. A campanha, explicou a senadora, tem como foco central o enfrentamento a todas as formas de violência praticadas contra as mulheres do campo, mas também pretende dar visibilidade à violência praticada contra todas as mulheres da classe trabalhadora.



Genildo Magalhães

### Suplicy elogia iniciativa de Fernando Haddad

Eduardo Suplicy (PT-SP) – foto – elogiou o ministro da Educação, Fernando Haddad, pela iniciativa de modificar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e torná-lo uma das formas de acesso a faculdades e universidades. Pela proposta, as instituições de ensino superior poderão utilizar o novo Enem como parte de seu processo seletivo ou como único critério. – O objetivo é oferecer um sistema de avaliação que privilegie a capacidade crítica e analítica dos estudantes, em detrimento dos atuais modelos de vestibulares, que valorizam principalmente a memorização dos conteúdos ministrados no ensino médio – destacou o senador.



Genildo Magalhães

### Bancada gaúcha discute com ministro questão da Ulbra

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) – foto – comunicou ao Plenário a realização, ontem, de audiência da bancada do Rio Grande do Sul com o ministro da Educação, Fernando Haddad, sobre o problema de gestão financeira enfrentado pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). De acordo com o senador, a audiência “foi dura e, ao mesmo tempo, transparente e real”. Os parlamentares gaúchos defenderam a federalização da entidade, mas Haddad informou não haver amparo legal para isso. O ministro, segundo Zambiasi, anunciou que deverá pedir ao Ministério Público a intervenção judicial na universidade.



Genildo Magalhães

## DEBATES NO SENADO

Processo de adesão da Venezuela ao Mercosul, cenário global das mudanças climáticas, divergências sobre legislação ambiental e crescimento dos casos de dengue são temas que mobilizam integrantes de comissões permanentes



Em audiência na CRE, José Augusto Coelho Fernandes (E), Sérgio Amaral, Eduardo Azeredo, Rubens Barbosa e Paulo Tarso Flecha de Lima

# Senadores divergem sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul

ANTES DE DECIDIR se aprova ou não o ingresso da Venezuela no Mercosul, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) resolveu pedir ao governo brasileiro informações oficiais a respeito do andamento das negociações para a adesão do novo sócio. Entre as informações solicitadas estão as referentes ao estabelecimento de um cronograma de liberalização do comércio entre aquele país e os quatro atuais membros permanentes do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O pedido de informações ao Ministério das Relações Exteriores consta de requerimento de Tasso Jereissati (PSDB-CE) aprovado ontem pela comissão, na primeira audiência pública sobre o tema. Jereissati é o relator do Projeto de Decreto Legislativo 430/08, que aprova o texto do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. O relator apresentou o pedido depois que dois embaixadores convidados para a audiência expressaram dúvidas em re-

lação ao cumprimento, pela Venezuela, dos requisitos para o ingresso no bloco. O embaixador Rubens Barbosa – assessor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) – disse que ainda existem questões pendentes nas negociações. O embaixador Rubens Amaral ressaltou a importância das relações da Venezuela com o Brasil, mas observou que até o momento não foram cumpridas as “condições mínimas” para o ingresso. A falta de informações detalhadas a respeito do andamento das negociações também foi mencionada pelo diretor-executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Augusto Coelho Fernandes. O mais favorável à ampliação do Mercosul foi o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. Em nome de uma “visão estratégica” dos interesses nacionais, ele recordou o grande aumento do comércio bilateral do Brasil com a Venezuela – 885% ao longo dos últimos dez anos – ao declarar-se “francamente favorável” ao ingresso deste país no bloco econômico.

### Importância estratégica é consenso

Os senadores presentes à primeira audiência pública para debater o ingresso da Venezuela no Mercosul concordaram sobre a importância estratégica dessa decisão. Mas discordaram, durante mais de três horas de discussão, em relação ao momento político da adesão e à necessidade de cumprimento imediato das condições técnicas. Eduardo Suplicy (PT-SP), Renato Casagrande (PSB-ES), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Romero Jucá (PMDB-RR), Cristovam Buarque (PDT-DF), Pedro Simon (PMDB-RS) e José Nery (PSOL-PA) defenderam a adesão daquele país ao bloco econômico, enquanto Fernando Collor (PTB-AL), Heráclito Fortes (DEM-PI), João Tenório (PSDB-AL) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) manifestaram reservas. Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que a “Venezuela é perene, mas Chávez não é”.

# Comissão ouve especialistas sobre mudanças climáticas

A PRIMEIRA AUDIÊNCIA pública da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas será realizada no próximo dia 28, quando os parlamentares receberão informações sobre o cenário global das mudanças climáticas. Por sugestão de Marina Silva (PT-AC), serão convidados Telma Kruger e Carlos Nobre, especialistas vinculados ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A comissão aprovou ainda a realização de duas diligências. A primeira,

para mediar polêmica entre a Assembleia Legislativa de Santa Catarina e o Ibama relativa à aprovação de lei estadual que diminui a área de preservação determinada pelo Código Florestal Brasileiro. Entre as mudanças, está a redução da área de proteção das matas ciliares, às margens dos rios, de 30 para 5 metros. A presidente do colegiado, Ideli Salvatti (PT-SC), irá a Santa Catarina na próxima quarta ou quinta-feira, juntamente com o relator, depu-

tado Colbert Martins (PMDB-BA), para discutir o assunto. Também foi aprovada viagem de Marina Silva e do deputado Mendes Thame (PSDB-SP) para verificar os danos causados pelas enchentes na Amazônia. Jefferson Praia (PDT-AM) sugeriu a inclusão, no plano de trabalho, do Projeto Antártica, com informações sobre alterações no clima. O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) propôs a inclusão do tema “mudanças climáticas e saúde humana”.

### Código Ambiental de Santa Catarina gera discussão

A decisão em torno da visita a Santa Catarina para “acalmar os ânimos” no embate entre o governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, e o ministro do Meio Ambiente, Carlos MinC, sobre aprovação de legislação ambiental estadual, provocou um longo debate na reunião da Comis-

são de Mudanças Climáticas. Para críticos do recém-adotado Código Ambiental de Santa Catarina, a legislação fere normas federais relativas à preservação do meio ambiente. – Minha preocupação é que os pequenos agricultores não saiam prejudicados – comentou a presiden-

te da comissão, Ideli Salvatti. Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente, foi taxativa em seu posicionamento contrário à decisão do estado. E o deputado Fernando Gabeira afirmou que o debate deve ocorrer “no campo técnico, constitucional”.



Ideli Salvatti (D) preside reunião da comissão mista, de que participam o deputado Fernando Gabeira (E), Jefferson Praia e Marina Silva



Ismar Barbosa Cruz (E), Giovanini Coelho, Rosalba Ciarlini, Roberto Oliveira Maia e Denilson Magalhães, em audiência na CAS

# Avanço da dengue na Bahia preocupa técnicos e autoridades

AO DISCUTIR A situação da dengue no Brasil, durante audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o coordenador do Programa Nacional de Controle da Dengue, do Ministério da Saúde, Giovanini Coelho, reconheceu ser grave a situação da doença no país em 2009, quando já foram notificados 140 mil casos, dos quais 32% somente na Bahia, onde oito municípios respondem por 80% dos registros. Embora reconhecendo que o quadro brasileiro é preocupante, o representante do Tribunal de Contas da União (TCU), Ismar Barbosa Cruz, destacou que houve uma diminuição de 28,6% no número de casos notificados de dengue em relação aos primeiros meses de 2008. No entanto, na Bahia, advertiu, houve aumento de 346% no mesmo período. Para Denilson Magalhães, representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM), embora controlar a dengue seja uma responsabilidade dos municípios, a legislação brasileira con-

templa vigilância epidemiológica como responsabilidade compartilhada das três esferas de poder. Ele disse haver fragilidade na política de financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), porque os repasses não são reajustados pela inflação e sofrem depreciação ao longo dos anos. O presidente da União dos Municípios da Bahia, Roberto Oliveira Maia, reconheceu haver casos de dengue em 70% dos municípios brasileiros, mas ressaltou que a situação do estado da Bahia em relação à doença “é alarmante”. Ele confirmou que o financiamento público da saúde apresenta distorções e lamentou não haver, na audiência pública, um representante da Bahia. A presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), lembrou que haverá um ciclo de debates sobre o SUS na comissão, a partir de maio, para examinar impactos da crise na economia brasileira, a redução de repasses do Fundo de Participação dos Municípios e o salário mínimo.

### César Borges faz apelo ao ministério

Em audiência pública para discutir a epidemia de dengue no país, realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais, o senador César Borges (PR-BA) apelou ao Ministério da Saúde para que ofereça ao seu estado um tratamento diferenciado, como ocorreu na epidemia de dengue no Rio de Janeiro. O parlamentar solicitou também que o ministério instale na Bahia uma “sala de emergência” para tratar dos casos de dengue e de meningite. Ele mencionou que seu estado, com apenas 4% do território nacional, já apresenta cerca de 40% dos casos de dengue do país – 45 mil registros de um total de 145 mil. César Borges lembrou que ele e o senador João Durval (PDT-BA) já fizeram pronunciamentos em Plenário a respeito da situação de emergência provocada pela dengue. João Durval também participou da reunião da CAS.

### Alvaro insiste em CPI sobre as contas da Petrobras

Alvaro Dias (PSDB-PR) voltou a defender a criação de uma CPI para investigar as contas da Petrobras. No dia 6, o senador anunciou a disposição do PSDB de analisar a ideia da investigação por causa de “grandes escândalos”, como o dos royalties. Ontem, ele chamou a atenção para os gastos da empresa com o patrocínio de forrós e festas de São João e outras atividades de entretenimento. – A Petrobras se transformou, nos últimos tempos, em verdadeira caixa-preta, o que recomenda a instalação de uma CPI. Alvaro informou que está preparando um

pedido de informações sobre gastos com publicidade e patrocínio da estatal. A seu ver, deixar de apurar suspeitas como essas é correr o risco de torná-las banais em razão de sua repetição e quantidade. O parlamentar também se referiu a empréstimo vultoso (R\$ 100 bilhões) do Tesouro Nacional ao BNDES e à ajuda do governo federal aos municípios, que considerou “insuficiente”. No discurso, Alvaro Dias reivindicou de donos de farmácias, que querem continuar vendendo produtos não apenas do ramo, e de clínicas de fisioterapia, que pedem o reajuste das tabelas dos convênios.



Genildo Magalhães

### Heráclito: “Por que bancar festa junina só na Bahia?”

Heráclito Fortes (DEM-PI) cobrou do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União a abertura de inquérito para apurar denúncias de uso, pela Petrobras, de ONG baiana para gerenciar a distribuição, em 2008, de R\$ 1,4 milhão para 26 prefeituras da Bahia com o objetivo de financiar festas juninas. Ele fez o pedido depois de comentar em Plenário, ontem, matéria do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o assunto. Acusando a estatal de fazer “proselitismo político e fortalecer as bases eleitorais governistas na Bahia com recursos públicos”,

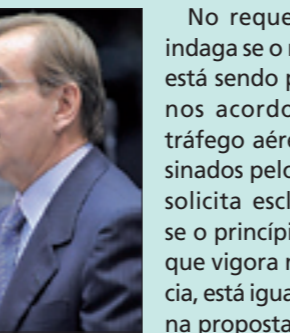


Genildo Magalhães

o senador exigiu tratamento isonômico para os demais estados do Nordeste, em especial para o Piauí. – Não sou nada contra que uma empresa como a Petrobras banque festas e São João no Nordeste. Mas por que só na Bahia e por que só nas bases do PT? Ai você politiza. Será que a Petrobras se lembrou de Caruaru [PE]? Será que se lembrou de Campina Grande [PB]? Heráclito disse considerar lamentável que uma empresa do porte da Petrobras, com ações na bolsa e cujos dirigentes têm o dever de prestar contas aos acionistas, se preste a manipulação política de tal natureza.

### Agripino vê risco ao emprego em liberdade tarifária

José Agripino (DEM-RN) comunicou ao Plenário a apresentação à Mesa diretora de requerimento de informações dirigido ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre anúncio feito pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) de que, em um curto espaço de tempo, seria adotada a liberdade tarifária nos voos internacionais. O senador explicou que sua preocupação se relaciona com a garantia de manutenção do nível de emprego nas companhias aéreas brasileiras, em um momento em que se vive uma crise econômico-financeira sem precedentes.

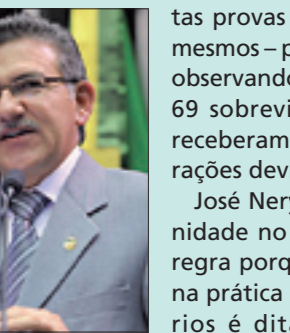


Genildo Magalhães

No requerimento, Agripino indaga se o regime tarifário que está sendo proposto se ampara nos acordos bilaterais sobre tráfego aéreo internacional assinados pelo Brasil. Ele também solicita esclarecimentos sobre se o princípio da reciprocidade, que vigora no caso da diplomacia, está igualmente considerado na proposta. – Sou a favor da liberdade tarifária. É evidente que queremos as menores tarifas possíveis para voos domésticos e internacionais. Estimulamos a livre concorrência e somos favoráveis a ela, mas, antes de qualquer coisa, somos favoráveis à preservação do emprego.

### “Massacre de Eldorado dos Carajás continua impune”

Ao lembrar que se completam hoje 13 anos do massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, o senador José Nery (PSOL-PA) lamentou o fato de “a maior chacina de trabalhadores rurais sem-terra da história contemporânea do país continuar absolutamente impune”. Ele afirmou que as causas mais profundas da violência praticada contra os sem-terra permanecem “intactas”. – Mandantes e executores do massacre continuam impunes, definitivamente livres ou beneficiados por recursos judiciais sem prazo para julgamento, a despeito de tan-



Genildo Magalhães

tas provas juntadas contra os mesmos – protestou o senador, observando que apenas 23 dos 69 sobreviventes da chacina receberam até agora as reparações devidas. José Nery disse que a impunidade no país persiste como regra porque a lei que regula na prática os conflitos fundiários é ditada pelos grupos econômicos que detêm a posse das grandes extensões de terra disponíveis ou disponibilizáveis para a agricultura, “não raras vezes por meios ilegais”, e que essas “oligarquias” são sempre capazes de moldar as instituições públicas a seus próprios interesses.

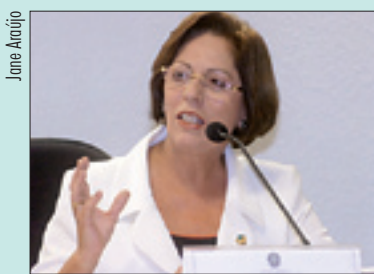


## Rosalba: crise afeta fruticultura potiguar

A fruticultura no Rio Grande do Norte, segundo Rosalba Ciarlini (DEM-RN), vem enfrentando redução das exportações devido à crise financeira.

A senadora disse que só uma empresa, a Nolen, já suspendeu a produção em mais de 3 mil hectares de terra no estado, sobretudo na região de Mossoró e Baraúna.

– Além dos 2 mil empregos sazonais que já perdemos, estão sendo demitidos mais 1.500 trabalhadores diretamente.



June Araújo

## Jayne Campos elogia reportagem

Uma série de reportagens da TV Globo a respeito da BR-163, rodovia que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), foi elogiada por Jayme Campos (DEM-MT). Ao longo dos 1.775 quilômetros da estrada, segundo o senador, “podem-se ver duas nações: uma próspera e produtiva, e uma miserável e devastada”.

– Mais que uma expedição jornalística, a série é um tratado sociológico que apresenta as duas faces da comunidade amazônica – disse.

## Mão Santa lamenta baixo IDSE do Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) lamentou que o Piauí seja o estado com o menor Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDSE) do país. O indicador é elaborado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. Em uma escala de zero a cem, o estado tem índice de 11,4.

O senador disse ainda que o governador do Piauí não cumpre promessas, tendo recebido a alcunha de “Senhor Mentira” por um *blog* da cidade de Batalha (PI).

## Arns pede ampliação de lista de remédios



José Cruz

Antes de decidir sobre a obrigatoriedade de o poder público ampliar o fornecimento de medicamentos excepcionais para doenças crônicas, o Supremo Tribunal Federal realizará, este mês, audiência para discutir o assunto. A informação é de Flávio Arns (PT-PR). O

senador acrescentou que tramitam em conjunto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dois projetos que também visam a essa ampliação: PLS 219/07 e PLS 338/07.

## Lúcia Vânia lastima morte de Ludovico

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) requereu voto de pesar pelo falecimento de Humberto Ludovico, que foi secretário de Planejamento, da Fazenda e da Agricultura do governo de Goiás e presidente das companhias Imobiliária (Terracap) e de Água e Saneamento Ambiental (Caesb) de Brasília.

Lúcia Vânia afirmou que Humberto Ludovico “foi um homem público de conduta ilibada e sempre motivado pelo interesse coletivo”.

## Nery quer ajuda para desabrigados

Ao relatar a situação dos desabrigados pelas enchentes em Altamira e Juriti, no Pará, José Nery (PSOL-PA) criticou decisão da governadora de seu estado, Ana Júlia Carepa, contrária ao reconhecimento de estado de calamidade pública decretado pela prefeitura de Altamira, Odileida Sampaio. O senador disse que cobrará do ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, medidas urgentes e eficazes para o atendimento dos desabrigados.

Senadora critica declarações de autoridades que, segundo ela, vêm defendendo o desmonte da legislação ambiental e, conseqüentemente, o modelo “suicida” de produção

# Marina: governo Lula mudou seu discurso ambientalista

REPRESENTANTES DA ELITE econômica e diversas autoridades governamentais têm dado declarações que buscam um novo diagnóstico ambiental, afirmou Marina Silva (PT-AC). Para a senadora, o Brasil vive “uma situação estranha” no segundo mandato do presidente Lula.

– De acordo com essas declarações, no lugar do meio ambiente ser a vítima das atividades econômicas mal conduzidas, são as atividades econômicas que estariam sendo prejudicadas devido ao excesso de proteção do meio ambiente – disse.

Marina afirmou que os ministros da Agricultura, dos Transportes, de Minas e Energia, da Pesca e dos Assuntos Estratégicos são algumas das autoridades que deram declarações “aparentemente tentando formar uma percepção na sociedade de que foi um erro a criação de



José Cruz

“Modelo do agronegócio degradou área maior que a França”, diz Marina

leis e de instituições que têm a finalidade de proteger o meio ambiente”. Segundo ela, alguns deles dizem abertamente que a legislação ambiental do país foi criada para atender a interesses de estrangeiros ou a interesses escusos não confessos.

A senadora afirmou que o Brasil tem, segundo declarações “do próprio presidente Lula”,

60 milhões de hectares de terras agrícolas degradadas que precisam ser recuperadas. Ela considera que essa degradação foi provocada pelo “modelo de produção agrícola insustentável” e “suicida”, e que o modelo tecnológico do agronegócio brasileiro degradou uma área maior que Minas Gerais ou que a França.

## Projetos

Marina listou 18 projetos de decreto legislativo em tramitação no Congresso que pretendem sustar e (ou) anular medidas administrativas de proteção do meio ambiente e de criação de terras indígenas tomadas. Listou iniciativas do ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, junto aos governadores, apresentando propostas de mudanças na legislação ambiental para flexibilizar o processo de licenciamento.



Gerardo Magella

## Virgílio propõe comissão externa sobre enchentes

Arthur Virgílio (PSDB-AM) requereu a criação de uma comissão externa para acompanhar, na Amazônia, as medidas para minimizar os problemas provocados pelas cheias. Segundo informou o senador, já há previsão de que 30 mil pessoas poderão ficar desabrigadas em Manaus, e milhares em cidades menores.

O senador ainda cumprimentou o general Luís Carlos Mattos, que assumiu o Comando Militar da Amazônia, no lugar de Augusto Heleno. Arthur Virgílio registrou também a posse do empresário Jefferson Simões na direção da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores.



Gerardo Magella

Só em Manaus, 30 mil pessoas podem ficar desabrigadas, alerta senador

## Jefferson Praia registra diligência na Amazônia

Jefferson Praia (PDT-AM) relatou que, no dia 4 de abril, a Assembleia Legislativa do Amazonas promoveu em Manaus, a pedido do senador, diligência pública para democratizar o debate sobre a Medida Provisória 458/09, que trata da regularização fundiária da Amazônia Legal. A maioria dos que se pronunciaram durante o evento defendeu a legalização das terras com base em mecanismos de sustentabilidade. Em aparte, Gerson Camata (PMDB-ES) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB) defenderam a inclusão dos terrenos considerados de Marinha entre os passíveis de regularização fundiária relacionados na MP.



Gerardo Magella

Maciel lembra que o apóstolo levou o cristianismo a lugares distantes

## Marco Maciel lembra nascimento do apóstolo Paulo

Os 2.000 anos de nascimento de São Paulo foram comemorados pelo senador Marco Maciel (DEM-PE). Ele lembrou que, para homenagear o santo, nascido entre os anos 5 e 10, o papa Bento XVI determinou a celebração do Ano Paulino entre 28 de junho de 2008 e 29 de junho deste ano.

– O objetivo [do Ano Paulino] é chamar a atenção para esse campeão da fé e da evangelização além da Palestina – declarou o parlamentar.

Marco Maciel assinalou ainda que São Paulo é chamado “o Apóstolo” por ter sido o maior anunciador do cristianismo depois de Jesus Cristo.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Gerson Camata • Jefferson Praia • Mão Santa

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira  
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
Arte: Cirilo Quartim e Oscar  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333  
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



## Empresários da Suécia mostram preocupação com efeitos da crise

Em visita à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), representantes da Câmara do Comércio Sueco-Brasileira externaram ontem ao presidente do colegiado, Garibaldi Alves (PMDB-RN), preocupações com a economia brasileira diante da crise mundial. O senador expressou ao grupo a crença de que o Brasil vai sair da turbulência muito mais forte do que entrou.

O ex-embaixador da Suécia no Brasil, Christer Manhusen, diretor-presidente da Câmara de Comércio, liderou o grupo integrado por representantes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; da Fraga, Bekiermann e Pacheco Neto Advogados; da Souza Cescon Advocacia; e da Embaixada da Suécia.

Segundo Garibaldi, o maior desafio do país é aumentar a produtividade e reduzir o custo Brasil.

– Para isso temos que melho-



Marcia Kolumbe

Garibaldi recebeu representantes da Câmara do Comércio Sueco-Brasileira

rar a qualidade da nossa educação, aperfeiçoar a infraestrutura, diminuir o *spread* bancário, reduzir a corrupção, aumentar a eficácia do Estado e reformar o sistema tributário – enumerou Garibaldi.

Na avaliação do senador, o Brasil tem investido para melhorar a infraestrutura em logística e energia, mas reconheceu a necessidade de o país reduzir o tamanho da sua máquina pública.

## Diante da turbulência não pode haver partidarismo, diz Efraim



Gerônimo Magela

Para Efraim, governo precisa tomar consciência da gravidade do momento

Efraim Morais (DEM-PB) fez apelo para que o governo “cuide da crise com mais patriotismo e espírito humanitário”, sem manipulá-la política ou eleitoralmente.

O senador citou trecho de matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* dizendo que “o Palácio do Planalto, convencido da importância de um bom relacio-

namento com as administrações municipais, possíveis aliados da pré-candidata à sucessão, Dilma Rousseff, iniciou um movimento para fortalecer a Frente Nacional dos Prefeitos e desidratar o poder da Confederação Nacional dos Municípios, presidida por Paulo Ziulkoski”.

A frente, explicou Efraim, é presidida por um petista – João Paulo Lima e Silva – e reúne os grandes municípios. Por outro lado, Ziulkoski, filiado ao PMDB, está à frente da confederação, que agrupa entes federados menores, os que mais sofrem os efeitos da crise.

O parlamentar disse esperar que haja uma “tomada de consciência para a gravidade do momento”, já que a crise não é do governo e nem da oposição, mas sim do país, e que, por isso, diante dela não pode haver “partidarismo nem palanque”.

## Inácio Arruda: Congresso deve mudar LDO para baixar os juros

Inácio Arruda (PCdoB-CE) propôs que o Congresso Nacional mude a proposta da Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2010 para forçar o governo a baixar a taxa básica de juros – a Selic. O senador atribuiu à taxa as dificuldades de crescimento da economia brasileira.

– O Congresso deve comunicar ao governo que não aceita mais essa taxa fixada pelo Banco Central. A política de juros é nefasta para o Brasil – disse.

Inácio Arruda questionou a efetividade de medidas como a substituição de dirigentes dos bancos estatais, a exemplo do que ocorreu no Banco do Brasil, com o objetivo de oferecer empréstimos mais baratos.

– Pode derrubar os presidentes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e de outras instituições, que não será possível avançar mais no



José Cruz

Política de valorização do salário mínimo foi elogiada por Inácio Arruda

crescimento. O senador elogiou, entretanto, a decisão do governo de manter a política de valorização do salário mínimo, que será corrigido para R\$ 506,50.

Outra medida governamental igualmente louvada por Inácio Arruda foi a retirada da Petrobras da meta de superávit primário, facilitando os investimentos da empresa estatal.

Senadores destacam o papel do *Jornal do Senado*, que ontem chegou à edição nº 3.000 e a quase 15 anos de existência



# Jornal expressa o “choque de ideias” no Senado, diz Sarney

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, comunicou ao Plenário que o *Jornal do Senado*, publicada diariamente, chegou ontem à sua edição número 3.000. Ele afirmou que se trata de uma publicação importante para a população, pois traz informações sobre tudo o que acontece na Casa, principalmente as ideias em debate e os projetos em discussão. O jornal foi criado em 1995, quando Sarney ocupou pela primeira vez a Presidência do Senado.

– É um jornal difícil de ser

feito, mas ele tem mantido a isenção e o equilíbrio entre os partidos e expressa o choque de ideias dentro do Parlamento.

José Sarney informou que, além da edição diária, que circula no Distrito Federal, há a semanal, distribuída em todo o país. Ele cumprimentou a equipe encarregada da publicação.

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) também enalteceu o trabalho do *Jornal do Senado*.

Heráclito registrou ainda

que o *blog* do jornalista Cláudio Humberto chegou ao número 4.001. Para ele, Cláudio Humberto tem sido, por meio de sua página na internet, “um grande orientador de alguns setores da imprensa brasileira”.

– Alguns discordam, outros concordam, mas temos de reconhecer que geralmente é através da coluna do Cláudio Humberto que somos informados de notícias que só depois ganham a grande imprensa – disse Heráclito Fortes.



Jane Araújo

Sarney recebeu a edição 3.000 da equipe da Comunicação e do jornal

## Mão Santa afirma que a edição nº 3.000 é uma vitória da Casa

A 3.000ª edição do *Jornal do Senado*, publicada ontem, foi comemorada por Mão Santa (PMDB-PI) durante pronunciamento em Plenário. O fato, disse o senador, “demonstra a alta competência do corpo funcional da instituição e uma vitória para a Casa”.

O *Jornal do Senado* começou a ser publicado em 4 de maio de 1995, durante a primeira gestão do senador José Sarney (PMDB-AP) à frente da Presidência da Casa. O periódico possui três versões: a diária, que circula no Distrito Federal de terça a sexta-feira; a semanal, disponibilizada às segundas-feiras; e a edição em braile, que é mensal.

Em aparte ao discurso de Mão Santa, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) afirmou que o jornal “representa, juntamente com a Rádio Senado e a TV Senado, uma forma de dar transparência às atividades legislativas da Casa”.

Mão Santa comentou ainda as recentes denúncias de irregularidades no Senado. De acordo com ele, o que ocorreu “foi um erro administrativo”, que não deveria comprometer a imagem da instituição.

– O que houve aqui para que, todo dia, a im-

pressão jogue pedras? Houve um erro administrativo – disse o senador.

### Conteúdo

Também em pronunciamento, o senador Jefferson Praia (PDT-AM), que abriu a sessão deliberativa de ontem, destacou a edição 3.000 do *Jornal do Senado* e elogiou a equipe de jornalistas e fotógrafos responsáveis pelas notícias veiculadas pelas mídias da Casa.

Em aparte, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) recorreu à sua origem empresarial para demonstrar que, na área da comunicação, todo dia faz-se necessário um produto novo, sem “piloto, nem teste, nem protótipo”. Ele parabenizou a equipe do jornal “pela eficiência, competência e conteúdo”.



Gerônimo Magela

Mão Santa ressalta a “competência do corpo funcional” do Senado

## “Instrumento de fortalecimento do Legislativo”

Na manhã de ontem, o presidente do Senado, José Sarney, recebeu, da equipe da Secretaria Especial de Comunicação Social e do *Jornal do Senado*, um exemplar da edição nº 3.000 do diário. Responsável pela criação do jornal, Sarney destacou a independência desse veículo de comunicação e afirmou que vê-lo chegar a 3 mil edições o deixava feliz.

– Isso porque o *Jornal do Senado* é valioso instrumento de divulgação da atividade parlamentar e de fortalecimento não só do Legislativo, mas da própria democracia – disse o senador.

Sarney afirmou que este é um jornal que sempre atuou com independência e sempre levou à sociedade todas as informações sobre o que faz a instituição, permitindo que todos os senadores, mesmo os que não têm acesso à grande mídia, tenham sua atividade conhecida pelos que os elegeram.

– Quando o criamos, sabíamos que o destino do jornal era se consolidar. Temos hoje, então, um dos melhores veículos de comunicação com a sociedade – frisou.

Diretor do *Jornal do Senado*, David Emerich deixou a audiência dizendo que o jornal é um diário independente desde sua criação, que reafirma os primados do jornalismo com dignidade e dá valiosa contribuição à democracia brasileira.



Proposta acolhida pela Comissão de Infraestrutura deverá estimular o transporte hidroviário. Colegiado também decidiu ouvir o TCU sobre obras do PAC

Fotos de J. Freitas



Fernando Collor preside reunião da CI, que acolheu por unanimidade a proposta que será agora examinada pela Câmara

## Aprovadas regras para a implantação de eclusas

APÓS DOIS ANOS de discussão com especialistas na área de transportes e energia, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou, por unanimidade e em decisão terminativa, proposta que trata dos casos em que é obrigatória a implantação de eclusas em hidrovias.

Obra de engenharia hidráulica, a eclusa permite que barcos subam e desçam rios ou mares em locais onde há desníveis, como barragens, quedas de água e corredeiras.

O substitutivo de Delcídio Amaral (PT-MS), apresentado a projeto (PLS 209/07) de Eliseu Resende (DEM-MG), atende, segundo o autor da proposta, às necessidades dos setores de energia elétrica e de navegação. Também protege o bolso do consumidor, observou Eliseu Resende.

– Não é possível que as eclusas sejam construídas onerando o consumidor. É impossível que o construtor de energia elétrica pague os custos da navegação. Quem tem que pagar os custos

da navegação são os usuários e quem tem que pagar os custos da energia elétrica são os usuários da energia elétrica – defendeu.

### Câmara

Delcídio explicou os principais pontos da proposta: protege o setor elétrico; separa aspectos ligados às eclusas daqueles voltados à geração de energia; e transforma eclusas em serviço público. Ele também enfatizou que a matéria modifica a estrutura do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), para que o órgão tenha condições de construir e manter o sistema, ou passar essa competência, por meio de licitação, a outros interessados.

– O texto é absolutamente claro. Não tenho dúvidas de que esse projeto é um avanço, mas poderá ainda sofrer mudanças, pois aqui ele será votado terminativamente, mas segue para análise da Câmara dos Deputados – ressaltou Delcídio.

Para Kátia Abreu (DEM-TO), o

projeto é “importantíssimo” por vários motivos, como a redução nos preços dos fretes.

– Os custos dos fretes por hidrovia são muito mais baratos, se comparados com os custos por ferrovia ou rodovia – garantiu a senadora.

Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que seu estado é um dos mais prejudicados pela falta de um sistema modal de transporte por hidrovias.

– É impossível que continuemos no sentido inverso do que já é exitoso no resto do mundo. Coloco-me ao lado da população barrada, por não poder levar desenvolvimento para o meu estado e por não poder dar condições de entrar e sair com produtos a custos mais baratos para melhorar a nossa competitividade – frisou Flexa Ribeiro.

Jayme Campos (DEM-MT) afirmou que esse era um dos votos mais seguros e conscientes já dados por ele, no Senado. Também apoiaram a proposta os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Gim Argello (PTB-DF).

## Construção e gerenciamento a cargo do Dnit

A construção e o gerenciamento de eclusas ficarão sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, que poderá, por meio de licitação, assinar convênios de delegação ou co-operação com outros órgãos e com a iniciativa privada.

A determinação está prevista no substitutivo de Delcídio Amaral ao projeto (PLS 209/07) aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e que será ainda votado em turno suplementar.

Originalmente a proposta caracterizava como serviço pú-

blico a operação de eclusas. Mas segundo Delcídio, a atividade já recebe essa classificação na lei que normatiza as concessões de serviços públicos (Lei 9.074/95).

O substitutivo, disse o relator, foi construído ao longo dos últimos dois anos, a partir de várias reuniões com especialistas dos ministérios de Minas e Energia e dos Transportes e de agências reguladoras.

– Tivemos que fazer modificações nas atribuições da Antac [Agência Nacional de Transportes Aquaviários], do Dnit e da ANA [Agência Nacional de Águas] para chegarmos a uma proposta

fechada e consensual.

À ANA caberá, por exemplo, determinar as hidrovias de domínio da União em que serão construídas eclusas.

Em seu parecer, Delcídio explica que o projeto compatibiliza os múltiplos usos dos recursos hídricos, permitindo tanto a utilização dos rios para produção de energia hidrelétrica quanto para o transporte hidroviário.

– A energia elétrica é uma alternativa barata e isenta de emissão de gases do efeito estufa, e o transporte hidroviário é uma alternativa que apresenta um dos menores custos.

## Investimentos em transporte reduzem o custo da produção

O transporte contribui com o aumento dos custos do agronegócio, o que impede o Brasil de melhorar sua competitividade no mercado internacional, afirmou o consultor de Infraestrutura e Logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Luiz Antonio Fayet. Ele defendeu a integração das várias modalidades – rodoviária, hidroviária e ferroviária – para escoar a produção agropecuária com menor custo. As observações foram feitas em audiência pública, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre transporte de cargas.

Fayet disse que o Brasil despende com transporte de sua produção o dobro do que os Estados Unidos. Para ele, o sistema hidroviário deve ser incentivado, por representar menor custo logístico e ambiental.

De acordo com estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), citado pelo consultor, o aumento da competitividade pela redução do custo dos transportes nas exportações é, pelo menos, duas vezes mais significativo do que a eliminação de sobretaxas dos importadores.

– É muito mais difícil tentarmos, em Doha [no Qatar, cidade na qual acontece a reunião da Organização Mundial do Comércio], convencer os países importadores e outros exportadores a adotarem uma posição favorável ao Brasil do que fazer a lição de casa, resolvendo os problemas de infraestrutura que vão multiplicar a nossa capacidade competitiva – argumentou Fayet.

Já o diretor-executivo da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Bruno Batista, ressaltou que países com grande extensão territorial utilizam de forma prioritária o transporte ferroviário e aquaviário, diferentemente do Brasil, que adotou o rodoviário. No entanto, observou, apenas 25% das estradas brasileiras estão em boas condições, o que gera aumento de 30% no custo de produção e influencia o custo Brasil – conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas que encarecem o investimento no país.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), informou Batista, reservou ao setor de transporte R\$ 52 bilhões. De acordo com plano da CNT, composto por 586 projetos para melhorar a infraestrutura de transportes, seria necessário investimento mínimo de R\$ 289 bilhões.

### Distâncias

Para o vice-presidente da CI, senador Eliseu Resende, é preciso investir simultaneamente no agronegócio e na infraestrutura. Ele também defendeu o “encurtamento das distâncias do país” por meio da combinação de todas as modalidades de transportes como meio de aumentar as exportações.

Kátia Abreu, que propôs o debate, ressaltou que, nos últimos anos, houve crescimento da produção agropecuária brasileira, mas a logística não cresceu na mesma proporção. Ela atribuiu as dificuldades enfrentadas pelo setor à falta de planejamento dos sucessivos governos.

## TCU vai explicar a senadores metodologia de fiscalização

A Comissão de Serviços de Infraestrutura realizará audiência pública para ouvir especialistas do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a metodologia de fiscalização adotada pelo órgão, em especial em relação às obras do Programa de Aceleração do Crescimento. A realização do debate foi aprovada ontem pelo colegiado.

Ao justificar seu requerimento, o presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), afirmou que já se reuniu com funcionários do TCU para tratar do assunto.

– Eles [servidores do órgão] estão fiscalizando as obras *in loco* e já têm, inclusive, um relatório sobre a maioria delas.

Com relação ao PAC, cerca de 200 obras já estão nesse relatório – informou Collor.

Outro requerimento aprovado na comissão solicita informações ao presidente do Tribunal de Contas da União a respeito das obras de infraestrutura que foram fiscalizadas pelo órgão no ano passado.

– A apresentação por parte do TCU de seu trabalho de fiscalização realizado em 2008 poderá nos dar a exata dimensão do andamento e do montante das obras do setor de infraestrutura, objeto que aqui nos interessa, até mesmo como forma de previsão e comparação com os dois próximos anos – justificou Fernando Collor.

## Jayme Campos: projeto garante mais competitividade ao país

O senador Jayme Campos (DEM-MT) comemorou a aprovação, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, do projeto (PLS 209/07) sobre regras para construção e gerenciamento de eclusas.

– O projeto é fundamental para o desenvolvimento, so-

bretudo no escoamento da produção agrícola. O meio de transporte fluvial demonstra-se mais econômico que o modal rodoviário ou ferroviário, o que pode tornar nosso país muito mais competitivo – afirmou.

Até o final do ano, as eclusas de Tucuruí deverão estar pron-

tas para a fase de experimentação, segundo o senador. A continuidade das obras, iniciadas há quase 30 anos, garantirá a navegabilidade de 700 quilômetros no rio Tocantins. Nesse rio, das duas eclusas previstas, uma está pronta desde janeiro e a outra deverá ser concluída em

dezembro. As obras fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento desde 2007.

Jayme Campos destacou que outra grande obra, com investimentos de R\$ 5 bilhões, é a hidrovia de Teles Pires-Tapajós, interligando Mato Grosso e Pará.



Transporte hidroviário é mais econômico, avalia Jayme Campos